



Entrevista

MENDES FERRÃO

Estamos a cair
quase no tempo da
Tanganyika Concessions



Mendes Ferrão

“Estamos a cair quase no tempo da *Tanganyika Concessions*.”

Entrevista conduzida por Maciel Santos* e José Ramiro Pimenta**

Dezembro de 2011

Na segunda metade do século 20, a agronomia tropical tornou-se emblemática das políticas desenvolvimentistas, coloniais ou pós-coloniais. Entrevistar um dos seus mais representativos agentes, o Prof. Mendes Ferrão, teve como objectivo contribuir para a história deste campo científico nas colónias portuguesas, da década de 1950 às independências. A sua experiência teórica, no terreno e mais tarde em instituições como o Departamento do Ciências Agrárias do IICT e a FAO, habilitam-no também a testemunhar sobre o contexto social de um ramo com uma larga tradição em Portugal. Dão-lhe também uma autoridade especial para caracterizar a fase actual dos interesses – não necessariamente científicos – sobre as terras africanas.

Eduardo Mendes Ferrão é Professor Catedrático do Instituto Superior de Agronomia e foi Director do Departamento de Ciências Agrárias do Instituto de Investigação Científica Tropical.

A Carreira Académica: “A preparação completa só pode ser feita por um contacto real com o meio tropical”.

Maciel Santos / José Ramiro Pimenta – *A sua licenciatura de origem, Agronomia, orientou-o imediatamente para os trópicos?*

Mendes Ferrão – Quando entrei em Agronomia, já tinha tirado o curso de Regente agrícola (hoje Engenheiro técnico agrário) em Coimbra e entrei então para o 1.º ano de Agronomia, como era a regra nesse tempo. Hoje já não é assim. Já andava no meu 2.º ano quando vi anunciada a existência de dois cursos complementares e resolvi aproveitar a oportunidade para me valorizar. Um deles era então o curso livre de Arquitetura

Paisagista que rejeitei à partida por não ter jeito para desenho e o outro era uma licenciatura complementar em Agronomia Colonial destinada a preparar técnicos «coloniais». Resolvi tirar esta, talvez por admitir vir a conhecer coisas novas e possivelmente muito diferentes, mas nunca esteve no meu horizonte ir trabalhar para África.

O curso de Agronomia colonial era constituído pelo Curso Geral de Agronomia, mais um conjunto de disciplinas complementares que podiam ser frequentadas ao longo do curso mais, um tirocínio prático de 6 meses entre 2 de Janeiro e 30 de Junho. No final fiquei com os títulos de Engenheiro Agrónomo e Engenheiro Agrónomo Colonial. Durante o curso salientei-me e por isso quando o terminei, e já tinha um convite para ir leccionar na Escolas Agrícola de Coimbra,

* CEAUP.

** Faculdade de Letras. Universidade do Porto.

um dos professores do ensino colonial convidou-me para assistente e assim ingressei no Instituto como segundo assistente, tendo entrado ao serviço em 1 de Julho de 1955.

Como é natural, eu conhecia muito pouco ou nada do meio tropical porque nunca tinha estado nos trópicos. Como me sentia fragilizado perante os alunos, se bem que de início estava a dar as aulas práticas de Laboratório que eram quase independentes do meio, pensei começar a minha vida contactando com o meio tropical. Nesse sentido consegui criar em 1956, juntamente com um dos meus professores e dois colegas profissionais, um em Angola e outro em Moçambique, um Núcleo de Estudos de Oleaginosas do Ultramar integrado na antiga Junta das Missões do Ultramar, com o objectivo de se escrever um tratado sobre esta matéria e indirectamente conseguir meios que me permitissem estadias nas regiões tropicais, a pretexto de ir recolher elementos para o livro.

Dado que o tempo disponível para fazer as provas de acesso era curto, o professor meu orientador indicou-me logo no meu primeiro ano de assistente que poderia tomar para tema da minha tese tentar esclarecer certos aspectos da tecnologia do cacau, nomeadamente o que era o «vermelho de cacau» e como se transformava durante a tecnologia, considerando que era um tema bonito e que estava muito longe de ser esclarecido, mesmo a nível mundial. Por isso, desde o princípio da minha carreira como assistente, dei particular atenção ao cacau. Foi nesta linha que já em 1956 realizei um trabalho pioneiro sobre o valor alimentar do cacau que foi muito apreciado pela sua novidade na Conferência Internacional de Nutrição de Luanda que decorreu em 1956 e como resultado a Sociedade Agrícola Valle Flor ofereceu-me uma estadia

nas suas propriedades em S. Tomé, o que aceitei e aí tive contacto com a agricultura tropical empresarial de uma forma muito intensa. Aí estive em Setembro e Outubro de 1956. Tratava-se de uma grande empresa com diversas roças, produzindo, para além de outros produtos tropicais de exportação, cerca de mil toneladas de cacau e tinha uns milhares de «serviçais». Regressei a Lisboa muito mais seguro das matérias tropicais. Logo nesse mesmo ano consegui uma verba para passar cerca de três semanas na Guiné. Nas férias grandes, dos dois anos seguintes, tive estadias prolongadas e diversificadas, uma em Angola em 1957 e outra em Moçambique em 1958. Entendendo eu que ainda não me sentia como desejava, aproveitei um convite do Instituto de Investigação Científica de Angola e assim estive neste território ligado a este Instituto entre Julho de 1959 a Julho de 1960.

Nesse tempo havia o tempo máximo de 6 anos para se ser assistente e eu, com a experiência que tinha de S. Tomé, preparei a minha tese de curso para Professor agregado. Quando estava quase na fase final, fui em Junho de 1961 convidado para chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura, o meu trabalho escolar foi interrompido, os seis anos passaram, de um momento para outro houve remodelação ministerial e eu fiquei com um emprego de prateleira. Candidatei-me então a um lugar modesto no laboratório Rebelo da Silva onde estive ligado às tecnologias de frutos e entretanto preparei a minha tese. Como era de admitir, o tempo tinha passado e pouco ou nada aproveitei do que até aí tinha escrito. Apresentei-me a provas em 1964, fui aprovado por unanimidade e depois contratado para o Instituto como primeiro assistente por não haver vaga para Professor extraordinário, o que

só sucedeu em 1967. Concorri e fiquei. Em 1971 concorri a uma vaga de Professor catedrático mediante provas públicas e fui aprovado.

Entretanto, enquanto fui assistente, presentei cumulativamente funções durante 20 meses em 1965-66 no Instituto Português de Conservas de Peixe, como consultor científico, para ajudar a resolver um problema ligado aos molhos das conservas por ter havido a rejeição de lotes portugueses no mercado internacional. Eu nesse tempo estava a trabalhar em óleos e oleaginosas, lugar que deixei quando passei a professor extraordinário. Entretanto o Ministério do Ultramar convidou-me para fazer um projecto sobre uma instalação para produção de coco ralado e, possivelmente por terem gostado do trabalho, em 1965 passei a fazer parte activa do Grupo de Trabalho de Fomento Frutícola do Ultramar e por meio disso os meus contactos com África passaram a ser muito mais frequentes. Foi um trabalho muito enriquecedor. Quando o iniciámos, Angola exportava cerca de mil toneladas de bananas e quando o deixei em 1972 a exportação era de quase cem mil toneladas. Fartei-me de aprender coisas pelo que estudei e pelo meu contacto com produtores, transportadores e comerciantes.

Quando após a minha subida a professor catedrático estava a constituir a minha equipa no Instituto onde passara de subordinado a primeira figura, desejava que os meus colaboradores e alunos tivessem contactos frequentes com as regiões tropicais, pois embora no Instituto se estudem os aspectos fundamentais, a sua preparação completa só poderia ser feita por um contacto real com o meio tropical. É necessário cheirar o ar, sentir o calor e a humidade, as grandes chuvadas, ver as plantas no seu meio,

conversar com as pessoas e entender a vida que por lá se fazia e faz.

Ainda em 1965, tendo ido a S. Tomé numa Missão Cultural Universitária, fui convidado para dar apoio técnico e científico à Brigada de Fomento Agro-Pecuário que havia sido recentemente criada, situação que mantive até 1972 quando assumi outras funções incompatíveis com essas e de que aliás gostava mais.

MS/JRP – *Acompanhou então o mandato do governador Sebastião?*

MF – Sim, acompanhei de perto por dever de ofício a partir de 1965, já que nesses anos que se seguiram eu ia sempre passar uma parte das férias a S. Tomé.

Na Secretaria de Estado da Agricultura e na FAO: “Eu sempre quis ser professor por inteiro e os outros cargos, via-os apenas como complemento dessas funções”.

MS/JRP – *Mas aproximava-se a fase da sua actividade política, não é verdade?*

MF – Numa tarde do princípio do mês de Agosto de 1972, depois de um ano de trabalho muito violento, quer no Instituto quer no Grupo de Trabalho de Fomento Frutícola, regressado de um Congresso Internacional do Girassol em Clermont-Ferrand onde apresentei uma comunicação, sentado na praia de S. Martinho do Porto a procurar retemperar forças, recebi pela Guarda local «instruções» para telefonar para Lisboa para um determinado número que desconhecia. Estava com a ideia de continuar o meu descanso, mas com alguma curiosidade, procurei saber quem teria tanta importância para me mandar avisar pela

Guarda. Telefonei para o número indicado e soube então que me convidavam para um encontro em Lisboa. Respondi que estava em férias e que nos poderíamos encontrar no fim-de-semana, mas o meu interlocutor insistiu que o assunto era urgente e que viesse a casa dele nessa mesma noite. Nessa quarta-feira cheguei a Lisboa pelas 21 horas e meteram-me num gabinete onde passei a saber que me convidavam para ser Secretário de Estado da Agricultura. Fiquei surpreendido pois estava total e completamente afastado da política, onde aliás nunca tinha entrado, e escaldado já do que me haviam feito quando estive como chefe de Gabinete, fui recusando até que veio uma imposição mais ou menos do género «o senhor é funcionário público e por isso terá de aceitar o lugar». Aceitei com relutância e fazendo determinadas exigências que naquela hora todas me foram garantidas mas depois não cumpridas. No dia seguinte de manhã fui a Queluz receber o convite formal do prof. Marcelo Caetano e nomeado no dia seguinte. Mantive-me no lugar até 25 de Abril de 1974. Nesse dia estava na Alemanha em Missão Oficial. Regressei imediatamente a Portugal mas, como o aeroporto de Lisboa estava fechado, viajei para Madrid, daí para Badajoz em táxi e no dia seguinte de manhã atravessei a fronteira sem qualquer dificuldade, mesmo quando disse ao guarda que tinha sido membro do Governo demitido. Nesse mesmo dia telefonei para o professor-decano da minha Escola a apresentar-me ao serviço. Disse-me que o ambiente na Escola era tenso, que me considerasse apresentado mas que ficasse em casa até as coisas serenarem. Assim cumpri até que no dia 2 de Maio me apresentei na Escola sem qualquer dificuldade nem impedimento seja de quem fosse. Tendo em conta que o Ministério tinha publicado um Decreto

que permitia que os professores que o desejassem poderiam deixar, por um período de tempo, de lecionar para se dedicarem por inteiro à investigação, eu aproveitei a facilidade e estive afastado do ensino entre 1974 e 1977 ou 1978, já não me lembro, e só regressei ao serviço docente a pedido do Conselho Científico. Por uma questão de princípio. Ainda bem que estive fora da docência durante esse período de certa conturbação pois teria muita dificuldade em aceitar passagens administrativas e ser mandado por uma mulher de limpeza a quem não reconhecia mérito para essas funções. Foi um período muito interessante, nada tinha com os problemas de ensino que se então levantavam, tinha tranquilidade e tempo para investigar e para refletir sobre a forma como deveria de futuro desempenhar melhor a minha actividade docente. Desse tempo, com maior tranquilidade e disponibilidade, resultou trabalho de investigação que foi publicado.

MS/JRP – *E na FAO como foi?*

MF – Foi com surpresa que pelos fins de 1980 recebi em minha casa um telefonema do Gabinete do Ministro da Agricultura, Eng. Cardoso e Cunha, pedindo-me para passar pelo seu Gabinete que desejava falar comigo. Lá fui por educação. Foi com surpresa para mim quando me convidou em seu nome e do Ministro dos Negócios Estrangeiros, para Presidente da Comissão Nacional da FAO. Fiquei surpreendido. Como se compreende, recusei. Não queria comprometer ninguém convidando para funções tão importantes um antigo membro do «governo fascista». Mas passados poucos dias recebi um telefonema do Eng. Amaro da Costa com o qual, juntamente com o Prof. Freitas do Amaral, havia trabalhado no apoio ao Ministro Veiga

Simão, insistindo no convite. Pareceu-me mal não aceitar, mas coloquei a condição de desempenhar o lugar de forma totalmente gratuita. Tive de aceitar. Eu queria e sempre quis ser professor por inteiro e outros cargos via-os apenas como complemento dessas funções, enquanto me punha em contacto com o meio e me permitia preparar melhor os meus alunos. E assim sucedeu entre Dezembro de 1980 e Junho de 1993, nunca recebi qualquer vencimento ou gratificação, por vontade própria. Apenas o Ministério pagava as viagens que em representação do país fiz a Roma e outros locais da Europa onde a FAO tinha actividades que interessavam ao País e que deveriam ser asseguradas pelo Presidente. Em 1993 decidi pedir a minha demissão. Entrava-se numa nova fase com a adesão da então Comunidade Económica Europeia como membro da FAO, era necessário rever estruturas que não caminhavam com a celeridade que eu entendia necessária. A minha passagem pela FAO foi enriquecedora para mim e para o ensino de que estava encarregado pela minha Escola.

MS/JRP – *Aproveitou essa experiência na Investigação em Portugal?*

MF – Por volta de 1982 fui convidado pelo Presidente do Instituto de Investigação Científica para fazer parte dos júris de reclassificação do seu pessoal que passara a ser um Instituto de Investigação e o seu pessoal não tinha sido contratado nessa perspectiva. Suponho que as pessoas que observaram o meu trabalho gostaram do que fiz. Logo fui convidado primeiro para dirigir nessa Instituição o Centro de Produção e Tecnologia Agrícolas e pouco tempo depois todo o Departamento de Ciências Agrárias, coordenando 7 Centros, com cerca de metade do pessoal de investigação do

Instituto. Mais uma vez coloquei a condição do meu trabalho ser inteiramente gratuito. A minha proposta foi aceite.

MS/JRP – *O que encontrou aí que lhe interessasse especialmente?*

MF – Primeiro uma disponibilidade de pessoal colaborador, meios e estruturas que não tinha na Escola e o contacto facilitado com os territórios tropicais, características que o meu Instituto não estava em condições de me facilitar. Passei a ter uma dactilógrafa, secretariado, telefone, enfim uma estrutura. Tinha que preparar quadros de investigação a partir de pessoal que não fora contratado para essas funções e outro que fora admitido e que estava no início da carreira. Uma outra vantagem que tive no meu contacto com o Instituto foi a possibilidade de publicar muitos dos meus livros e artigos. Tenho publicados, no país e no estrangeiro, mais de uma dezena de livros e capítulos de outros e umas centenas de artigos científicos técnicos e de divulgação, principal mas não exclusivamente, sobre temas tropicais.

MS/JRP – *Mas nessa altura continuava ainda na FAO, não é verdade?*

MF – Sim. Para cumprir todas estas tarefas durante anos levantava-me às seis e meia da manhã, comia um almoço apressado, muitas vezes levado de casa com uma marmita e regressando a casa muitas vezes depois das 21 horas. Mas nada deixava ficar para o dia seguinte se fosse para fazer nesse dia. Por outro lado, na FAO tinha estruturas preciosas e o acesso a informação técnica e científica muito atualizada que me foi extraordinariamente útil. Eu tinha informações que me permitiam encarar problemas de

agronomia tropical com maior profundidade e largueza.

O Cacau de STP: “Sim, passámos de 290 kg para 550 kg e pensávamos chegar a 600 kg por hectare”.

MS/JRP – Voltando a um dos trabalhos da primeira fase da sua carreira, o do cacau de S. Tomé. A curva de produção do cacau forma inicialmente um ciclo típico, com uma fase de alta até cerca da I Guerra e depois uma descida, ambas de grande intensidade. No entanto, depois da década de 1940, a produção voltou a aumentar, embora longe dos máximos anteriores à da I Guerra. Na década de 1960, quando lá esteve, o território tinha-se portanto tornado um produtor marginal mas tinha havido uma recuperação. Parece assim ter-se contrariado o padrão habitual da decadência da frente de cacau. Seria então possível, caso não tivesse havido a descapitalização ocorrida depois de 1975, ter reconvertido S. Tomé num produtor mundial de cacau de primeira qualidade?

MF – A qualidade nunca esteve em causa enquanto as roças continuaram portuguesas. O cacau de S. Tomé era dos mais bem produzidos no mundo, porque se seguia a tecnologia mais avançada. Na maior parte das outras zonas produtoras do mundo, incluindo parte da costa ocidental africana e uma parte do Brasil, o cacau é produzido em pequenas empresas, quase de tipo artesanal. De uma maneira geral, em S. Tomé havia cacau comercial dos dois tipos. Um produzido pelas grandes companhias, que tinham sistemas de cultura, tratamento das plantas contra pragas e doenças e uma boa estrutura tecnológica que se pode dizer de excelente qualidade. Eram os

compradores que o diziam e praticavam. Nestes casos, os compradores adquiriam o cacau pelo nome da empresa sem necessitarem de receber amostras, o que nem sempre sucedia nos outros casos. Outro, produzido pelos pequenos agricultores, sem estruturas de apoio, vendido muitas vezes no comércio, às vezes fruto por fruto ou até «cacau em goma» que se levava ao comércio num trapo ou embrulhado no lenço de assoar, sem qualquer fermentação ou com ela muito incipiente, não se dando as transformações que normalmente decorrem nesta operação. Ora bem, mas voltando à sua questão. No princípio do século XX, S. Tomé era considerado o território tropical mais bem explorado do mundo. A produção foi crescendo de tal forma que em 1905 as ilhas eram quantitativamente o primeiro produtor mundial de cacau. Os roceiros naturalmente estavam interessados por manter esta prosperidade e foram visitar outras zonas produtoras de cacau. Verificaram então que na ilha de Granada o cacau era cultivado em pleno sol e não, como se fazia em S. Tomé, a coberto de árvores porque se acreditava que o cacau não suportava a acção direta do sol. Procederam então em S. Tomé, inicialmente com algum cuidado, a suprimir uma parte da sombra das árvores com que o cacau estava associado. Verificaram que a produção aumentava e concluíram que então a eliminação completa das árvores de sombra seria a solução para se obterem grandes produções de cacau. Começaram então em S. Tomé as conhecidas «derrubadas» para eliminação das árvores de sombra. Os resultados foram terríveis porque os cacauzeiros deixavam de produzir e morriam aos milhões. Os administradores e os «roceiros» em Lisboa entraram em pânico.

MS/JRP – Ezequiel de Campos escreveria muito contra a desarborização.

MF – Ezequiel de Campos e muitos outros. Mas este tinha a vantagem de ter vivido a situação quando aí esteve como chefe dos serviços de Obras Públicas nos fins do século XIX e princípios do século XX e aí voltou em 1920. Escreveu um livro (com 400 páginas) notável sobre o assunto em 1920, relatando no prefácio que só ele tinha escrito nesse tempo 1140 páginas sobre S. Tomé.

Atribuiu-se o caso a doenças, organizam-se missões de cientistas mandadas pelo Estado e por empresas ou grupos de empresas e só uma delas aconselhou que a solução seria voltar a instalar a sombra nas plantações. Alguns aceitaram a recomendação e outros teimaram na eliminação das árvores. O processo tinha atingido o máximo de intensidade por volta de 1920. Hoje sabe-se muito concretamente explicar que a queda da produção se deu por empobrecimento dos terrenos, por causa de se interromper a reciclagem de nutrientes incorporados no terreno pelas árvores de sombra. Não nos alongaremos muito em aspetos de ordem agronómica que explicam tais condições, mas elas existiram e infelizmente ainda são muito frequentes em muitas regiões tropicais. Tanto os países dessa grande zona como aqueles que nela investem em empreendimentos agrícolas, devem sempre ter isso muito presente.

O Estado mandou reforçar o apoio técnico enviando um agrónomo¹ que, antes de se instalar na ilha, tivera de visitar algumas zonas produtoras de cacau e os grandes mercados europeus. Chegou à ilha com muitas promessas de apoio do Estado, mas sem que a maioria se concretizasse, como ele confessa nos seus escri-

¹ Armando Cortesão [N.E.].

tos. Mas os administradores das roças, antigos oficiais da Marinha e outros que se formaram «de tarimba», dificilmente aceitavam os conselhos de um técnico sozinho no meio de tanta gente e de tanta controvérsia.

A maior produção de cacau verificou-se em 1913 e a maior exportação foi em 1919 em consequência de stocks acumulados durante a 1.ª Grande Guerra. A produção estabilizou na década de vinte, mas a economia da ilha e do cacau como de outros produtos tropicais foram fortemente afetados pelo *crash* da bolsa de New York. Muitas pequenas empresas não conseguiram resistir por serem elevados os custos fixos e muitas delas foram vendidas a comerciantes em troca das dívidas contraídas. Algumas delas foram agregadas a outras roças de que passaram a ser «dependências».

MS/JRP – Os roceiros argumentavam também que a cultura do cacau tem ganhos de escala.

MF – Exacto, ainda hoje! A cultura do cacau é muito onerosa quer na manutenção das plantações quer nas estruturas de apoio à tecnologia e comercialização. As propriedades pequenas não conseguem custos de produção baixos porque os encargos por unidade de produção são elevados por este motivo.

Como se sabe o cacau tem, no mercado internacional, oscilações muito grandes de preços. Mas porquê? Por duas razões: primeiro porque o cacau tem um poder de conservação muito baixo. O cacau mofa com facilidade, as sementes tendem em partir-se, dando origem a grandes quantidades de moinhas e é muito afectado por pragas e doenças. E, por consequência, não se podem guardar *stocks* por muito tempo. Sob o risco de prejuízos. Por isso, ao contrário do que

sucede com vários outros produtos, é difícil fazer *buffer stocks* para regularizar o mercado. Assim os preços são muito oscilantes e se num ano dão prejuízos, no ano seguinte tudo se normaliza e se recolhem lucros dos dois anos. Isto é possível em grandes empresas, Os pequenos produtores, que vivem o ano a ano, não estão em boas condições para suportarem estas situações, que são normais no mercado do cacau.

MS/JRP – *Assim, na sua opinião, qualquer tentativa de formar um cartel do cacau estaria, à partida, condenada devido à impossibilidade de manter stocks?*

MF – Sim. Nunca se conseguiram fazer *stocks* como se fez com o café, embora se tivesse tentado. Por volta de 1950, as produções unitárias do cacau tinham caído de forma alarmante e situavam-se em 290 kg por hectare o que para muitas roças dava para a despesa ou pouco mais. Entretanto o Estado aumentara os impostos e subiram sensivelmente os encargos com o pessoal, todo ou quase todo contratado no exterior do território. As cotações do cacau no mercado internacional começavam a arrastar-se e os serviços agrícolas oficiais não tinham meios nem os administradores, formados como se disse, acreditavam muito neles. Os roceiros fizeram em Lisboa pressão sobre o Governo que os recebeu em 1956 mas nada decidiu. Os roceiros insistiram em 1957 com uma «Representação dos agricultores de S. Tomé e Príncipe a Sua Excelência o Ministro do Ultramar» escrita e subscrita por 47 empresas que representavam mais de 80% da produção das duas ilhas. Nela propunham uma série de medidas da competência do Governo e tendo consciência de que a assistência técnica dada pelos serviços agrícolas locais era insuficiente, propuse-

ram a criação de um «Centro de Investigação Agronómica de S. Tomé e Príncipe», de carácter particular. As despesas seriam suportadas principalmente pelos agricultores através de um aumento do imposto sobre os produtos exportados, mais uma verba da Fundação Valle Flor e uma participação do Estado que poderia então suprimir, com a criação deste Centro, os Serviços Agrícolas locais.

MS/JRP – *E como reagiu o estado?*

MF – O Ministro do Ultramar mandou o documento para a Junta de Investigações do Ultramar para parecer e esta pediu ao Engenheiro Lains e Silva, um técnico muito qualificado que ainda no ano anterior estivera em S. Tomé a estudar a cafeicultura local, para se pronunciar sobre o documento. Estes documentos têm certa reserva, eu conheço-os mas não são secretos. Lains e Silva fez uma crítica arrasadora aos roceiros que ainda não tinham entendido que o sistema de exploração do solo nas ilhas conduzia exactamente à diminuição das produções unitárias em que os roceiros falavam e teceu outras considerações diversificadas sobre a agricultura santomense, sem dúvida importantes para os técnicos agrícolas, mas que não interessará muito explicitar aqui. Mais importante é a sua opinião relativamente ao Centro proposto que, no seu parecer, deveria, sim, ser criado mas pelo Estado, com os recursos que os agricultores referiram e que deveria ser um Instituto de Agronomia Tropical que servisse todas as Províncias Ultramarinas. O Parecer foi enviado aos roceiros que, em resposta contestaram muitas das afirmações de Lains e Silva e consideraram-se indisponíveis para suportar um Instituto virado para o serviço de todas as Províncias Ultramarinas.

O Ministro, até tendo em conta a categoria política e outras de alguns dos agricultores que tinham subscrito a Representação, nada decidiu.

Entretanto, através dos Planos de Fomento, foram postos à disposição das Províncias Ultramarinas, para o seu fomento, meios importantes, mas as autoridades locais não tinham quadros que as pudessem utilizar como era proposto.

Lains e Silva, antigo director dos Serviços Técnicos da Junta de Exportação do Café em Luanda e vindo para Lisboa como vice-presidente da Instituição, criou na sede uma conjunto de «brigadas» que tinham como objetivo fazer a ocupação científica básica dos territórios que não tinham quadros, utilizando os dinheiros destinados às Províncias Ultramarinas pelos Planos de Fomento. Assim foram criadas «Brigadas Agronómicas» para todas as províncias. Inclusivamente para a Índia, Macau e Timor. Ficavam apenas de fora Angola e Moçambique que tinham estruturas próprias para o caso, através principalmente dos Institutos de Investigação Científica recentemente criados, o de Angola sob a direcção do Professor Canas Martins e o de Moçambique sob a direcção do Professor Pinto Lopes.

MS/JRP – *Portanto, esse investimento em conhecimento agronómico foi feito já no fim da fase de alta das cotações dos produtos tropicais?*

MF – Sim, mas em S. Tomé a produção era baixíssima, 290 kg.

MS/JRP – *Assim nasceu a Brigada de estudos Agronómicos de S. Tomé e Príncipe?*

MF – Sim. Foi dessa forma que foi criada essa Brigada. Entretanto, para dar, apoio de retaguarda, a essa e outras Brigadas que depois se foram instalar nos respectivos territórios, foi criada em Lisboa a Missão de Estudos Agronómicos do Ultramar onde ainda cheguei a colaborar durante uns seis meses antes de ir para chefe de Gabinete.

A Brigada de S. Tomé fez um trabalho muito relevante, transformando-se quase no tal Instituto de Agronomia Tropical com que Lains sonhara. Trabalhou no conhecimento do território, publicando cartas de solos, de climas e de zonagem das culturas mais importantes, importou material vegetal para melhoramento, particularmente para o cacau e a palmeira do andim, começou a produzir e a estudar o comportamento de híbridos de cacau, estudou a fertilidade das terras, trabalhou nos domínios da fruticultura e pode dizer-se que não houve aspecto que não tivesse preocupado os seus quadros. A Brigada apenas não se preocupou com a transformação tecnológica dos produtos por não ter nos seus quadros pessoal especializado.

Por motivos que não interessa agora referir, em tempos do Governador Silva Sebastião em que falámos, a Brigada foi extinta. Foi então criada, a nível provincial e por isso dependente do Governador, a Brigada de Fomento Agro-Pecuário que incorporou os bens da Brigada extinta, esta nova Brigada, para além de pretender dar continuidade aos trabalhos em curso, deveria dar grande apoio aos pequenos agricultores. Foi nesta fase de transição que eu próprio fui convidado para seu assessor científico, principalmente para a área da tecnologia dos produtos. O Prof. Ário de Azevedo foi para a agricultura, o Prof. Raul Cabral e o Prof. Gisberg para a patologia – este último especialmente para as doenças

das raízes –, e também os Investigadores Soares de Gouveia para o armazenamento dos produtos, Castel Branco para a entomologia e Rosário Nunes para a apicultura. Esta estrutura funcionou até à Independência e fez trabalho de enorme importância. Queria referir o apoio aos pequenos agricultores, o fomento da fruticultura, a produção de cacauzeiros híbridos, muitos dos quais estavam já a ser estudados nas plantações em diferentes condições micro climáticas quando da independência, Merece relevo a introdução da bananeira Valery, que depois de S. Tomé foi introduzida em Angola após cuidadoso estudo, a produção de palmeiras «tenera» para uma diversificação cultural que se desejava, mas que os grandes agricultores no geral rejeitaram por esse período coincidir com outro período favorável aos preços do cacau no mercado internacional. Muito havia que contar sobre este período.

MS/JRP – *E que resultados se obtiveram na produtividade do cacau?*

MF – Se já em 1910 se tinha consciência de que o abaixamento da produção do cacau não se devia somente ao aliviar da sombra, mas também ao empobrecimento dos terrenos e já havia empresas que se ofereciam para vender adubo para S. Tomé, em 1965, as mentalidades estavam completamente modificadas. Chegou-se à conclusão que, as águas, particularmente no norte da ilha, isto é, a irrigação, eram absolutamente indispensáveis à produção do cacau. E os agricultores, começando pelo Fonseca, começaram por abrir valas em que água circulava, dentro dos cacauzais, no período das gravanas. Começaram-se também a fazer ensaios de fertilização: aliviava-se a sombra, aumentando a fotossíntese, e como a planta, para res-

ponder, tinha que ter fertilizantes pelo efeito da não reciclagem, aumentava-se a produção, ia-se abrindo a sombra, aumentando a fertilização, abrindo a sombra, aumentando a fertilização, até encontrar um sistema de equilíbrio. Este ponto variava com a localização, isto é, com a água, com a luminosidade, etc. S. Tomé é uma mistura enorme de microclimas que não podem ser traçados com régua e esquadro. A agronomia é uma ciência teórica que quando vai para a prática é muito localizada, particularmente numa ilha como S. Tomé, tão acidentada. O que se conseguiu? Subir a produção do cacau para cerca de 550 kg por hectare. Sim, passámos de 290 kg para 550 kg e pensávamos chegar a 600 kg por hectare. Depois da independência pensou-se em fazer das ilhas um centro produtor de milho, mas o que é preciso saber é o que rende mais – o mercado de milho ou o de cacau, embora fosse preciso ter em conta a segurança alimentar. Nós conseguimos, nas terras baixas de Diogo Vaz, nas terras das prainhas, obter rendimentos de mais de uma tonelada de cacau por hectare.

MS/JRP – *Sempre com irrigação e fora dos terrenos marginais, não é verdade?*

MF – Sim. Nós tínhamos previsto que em 1975 se obteria um rendimento da ordem das 11 000 toneladas e calculava-se um *plafond* de 12 000 toneladas. Isso significava, por outro lado, o abandono de 25% da área do cacau. Actualmente S. Tomé está cheio de plantações envelhecidas, que se deixaram degradar por toda a espécie de subfloresta, invadidas por doenças e pragas, que não são tratadas.

MS/JRP – *Mas não seria hoje possível, através de cooperativas de produção, recuperar parte da capacidade produtiva?*

MF – A agricultura do cacau em S. Tomé tinha grandes e pequenas empresas, como já disse. Nas atividades da Brigada criada em 1964 estava programada a constituição de cooperativas de pequenos agricultores e fermentar o cacau em conjunto. Porque, para essa produção cuidada, precisa-se de uma certa massa crítica. Os pequenos agricultores não chegavam a fermentá-lo e chegavam a vender fruto a fruto no comércio, às vezes a trazer o fruto com doenças. Todo aquele produto não fermentado, além de ser de péssima qualidade, depreciava depois os outros. É por essa razão que se exportava o cacau por marcas ligadas às roças. Eu próprio ainda estudei a instalação de duas unidades deste tipo, uma nas proximidades de Santo Amaro e outra nas proximidades da Trindade, que era onde havia um maior número de pequenos produtores, aconselhando a criação de um fundo que permitisse pagar o cacau em goma aos agricultores logo que o entregassem na cooperativa. Isso não foi para frente. Era preciso um sistema que permitisse que, quando o agricultor entregasse o cacau, fosse imediatamente pago e essa condição dificultou tudo; ou por falta de dinheiro ou por falta de visão ou por qualquer outra coisa e, portanto, isso não foi para frente. O processo não avançou mas penso que é um sistema válido para muitas zonas de pequenos agricultores, que não é só o caso de S. Tomé.

MS/JRP – *A tentativa de formar cooperativas foi portanto antes da independência?*

MF – Antes da independência. Não interessava a S. Tomé, globalmente, o

aparecimento de um cacau que não fosse de qualidade.

MS/JRP – *Para proteger as marcas, não é?*

MF – Para proteger as marcas. Houve também uma empresa que estudou o lançamento de uma fábrica de coco ralado e cheguei a ir lá. Depois ainda houve a ideia de fazer a pré-industrialização do cacau. Mas, os grandes agricultores, porque tinham a Nestlé e outros compradores que só queriam o cacau em fava e não a pasta, opuseram-se a que essas coisas se realizassem. Para as empresas manufactureiras, compensava salvar o valor acrescentado criado pelas fábricas e não lhes convinha comprar pasta. Hoje já não é assim: a maior parte das fábricas já compra a pasta de cacau produzida e abandonaram as torras e tudo mais, o que até convém em termos de ambiente. Nessas condições, a qualidade do cacau passou a ter um diferencial de preço mais pequeno, por já vir transformado em pasta dos países produtores e poder-se assim misturar cacaos de muitos tipos. Deixou de se olhar para a fava, se é boa ou se é má, e já não há a selecção da matéria-prima que havia antigamente. A massa vendida é agora muito mais homogénea. Dantes, quando vinha cacau de S. Tomé, sempre se admitia que a produção era de melhor qualidade que se viesse dos pequenos agricultores da Costa do Marfim, do Ghana ou do Níger.

MS/JRP – *Mas, mesmo assim, em S. Tomé não seria de tentar fazer a compensação da perda da quantidade pela qualidade? Isto é, não seria rentável tentar captar uma renda através da criação de cacaos superiores, como por exemplo os tipos da Venezuela?*

MF – Em primeiro lugar há que esclarecer que existem fundamentalmente dois tipos de cacau, o «crioulo» e o «forastero». O primeiro dá um cacau comercial de alta qualidade mas é hoje pouco cultivado porque as plantas são mais débeis, menos produtivas e o preço do cacau não compensa. O segundo representa cerca de 90% da produção mundial e se for bem preparado, com ele se podem obter produtos que o comércio considera de alta qualidade. Assim, todo o cacau produzido em S. Tomé era do tipo “forastero”. Resta apreciar, dentro deste, a qualidade comparativa com a produção em outros locais de cacaus do mesmo tipo.

Como regra era considerado de melhor qualidade mas não de excelente qualidade. No mercado internacional o cacau é valorizado não apenas pelas suas qualidades de produzirem o conveniente *flavour* a chocolate durante a torra mas também pelo seu conteúdo em gordura, a chamada «manteiga de cacau» que é mais cara que o próprio cacau em pó. Essa manteiga é utilizada no fabrico de chocolates de alta qualidade e para fins farmacêuticos (supositórios) ou de *toilette* (*batons* contra o gretamento dos lábios a usar nos climas frios). O cacau de S. Tomé é tido por dosear teores elevados de gordura. Nas grande empresas, dispondo de áreas vastas em produção, só se colhiam os frutos em boas condições de maturação e assim adquiriam os altos teores de gordura que referi, cerca de 53% nos cotilédones. Nas pequenas roças, nomeadamente nas chamadas «roça de forro», para se conseguirem as massas de cacau suficientes para se poder dar uma boa fermentação, colhiam-se frutos ainda não completamente maduros, maduros e sobre-maduros, o que representa logo à partida um material menos apropriado.

Durante muito tempo o cacau de S. Tomé e Príncipe classificava-se por «fino» «paiol» e «escolha». O primeiro era produzido nas grandes empresas, o segundo provinha geralmente do comércio que adquiria o cacau aos pequenos produtores e o terceiro era formado por aquilo a que depois passaram a chamar «crocotó». Em tempos mais recentes as empresas, com uma tecnologia mais cuidada, apenas classificavam o cacau como de 1.ª, e 2.ª, este «fabricado» à base de frutos verdes, sobre-maduros, com doenças e outro material com defeitos. O aspecto final não era muito bom pelo que muitas vezes o partiam, separavam os pedaços de cotilédones que eram vendidos como moinhas, sobretudo para o mercado português. O cacau de 1.ª era enviado para as melhores fábricas da Europa.

MS/JRP – *Como é que explica a queda vertical do cacau depois de 1975? Pela descapitalização das roças?*

MF – Desde já quero dizer que não estou interessado em pronunciar-me sobre a situação actual de S. Tomé. Primeiro porque as autoridades de cada país são soberanas nos caminhos a seguir, segundo porque não é meu costume criticar em público os governos de outros países e suas opções, mesmo que sejam técnicas, terceiro porque em visita que fiz a esse País, já depois da Independência, fui generosamente recebido pela então Ministra da Economia a quem transmiti as minhas opiniões sobre os problemas técnicos agrícolas do País. Nessa altura convidaram-me para fazer um contrato como conselheiro do Governo a que eu respondi que não ia ao país fazer negócios e que poderia obter a minha colaboração oficial e sem qualquer encargos, solicitando o apoio dos Organismos a que eu pertencia. A senhora ministra

disse que o iria fazer (o que deve ter feito); eu, chegado a Lisboa, enviei-lhe um relatório resumindo tudo que pessoalmente lhe tinha dito. Depois desta iniciativa, apenas uma vez o Governo de S. Tomé pediu o meu apoio para tentar resolver o problema de uma doença que atacava as pimenteiras.

S. Tomé terminou em 1973/4. Não gosto de falar do período a seguir. Partiram da ideia de que as grandes fazendas eram resíduos coloniais e dividiram aquilo em bocadinhos. Simplesmente o cacau é um produto que necessita de uma certa dimensão. Não é uma cultura de área, mas uma cultura de tecnologia. Essa tecnologia tanto tem que existir para uma fazenda de um hectare como de cem hectares e é completamente anti-económica para pequenas empresas. Resultado, estarmos a dividir para depois ter de juntar é extraordinariamente complicado. Tratavam-se apenas as árvores junto aos caminhos, para serem vistas por alguém que passasse para fiscalizar. Hoje, a produção de cacau, – mal conhecida porque as estatísticas não são muito fiáveis – poderá situar-se à volta de três mil toneladas. Um santomense disse-me que o rendimento obtido com a exportação do cacau – e o valor das exportações em S. Tomé era 95% representado pelo de cacau – não chegavam para pagar os custos de quatro embaixadas.

A Sociedade Santomense: “Em S. Tomé não havia trabalho escravo mas havia trabalho de escravo”.

MS/JRP – *O que pensa da regressão à agricultura de subsistência em que caíram os trabalhadores cabo-verdianos que ficaram nas roças?*

MF – Os roceiros foram introduzindo modificações, sobretudo no que respeita à mão de obra, que era cara. O governo não tinha permitido que viesse mais mão de obra de Angola e de Moçambique, pelo que teve de vir de Cabo Verde. Mas esta tinha dois inconvenientes. Primeiro, não se sujeitava ao trabalho a que os outros se sujeitavam. Porque em S. Tomé já não havia trabalho escravo, mas havia trabalho de escravo. Era um trabalho extraordinariamente violento. Em segundo lugar, os cabo-verdianos tinham de levar consigo a família e, portanto, as empresas eram obrigadas a ter creches, escolas, enfim, as infra-estruturas para ter a família completa. Resultado, cada serviçal de Cabo Verde, além de render muito menos, tinha encargos complementares maiores. Como sabe, as empresas eram obrigadas a entregar, aos trabalhadores, 50 por cento do vencimento, sendo o restante depositado no Banco da sua terra de nascimento. Isto era fiscalizado pela Curadoria e não se podia fazer aí falcatrua absolutamente nenhuma, porque os roceiros denunciavam-se entre si.

MS/JRP – *A concorrência direccionava-os portanto para a legalidade.*

MF – Em princípio sim. Com algumas liberdades muito próprias dos meios pequenos. Era curiosa a reunião aos domingos de manhã no café do Heitor (onde hoje estão as novas instalações do Banco), à sombra do castanheiro de Fernando Pó que ali havia. Ali se davam e recebiam as novidades que corriam rapidamente a ilha e se criticavam tudo e todos. Quando o mais antigo se levantava para sair, todos o imitavam. A crítica continuaria, mesmo daqueles que se ausentavam. Por exemplo, Tavares de Carvalho procurou nas suas plantações da Companhia Agrícola Ultramarina

continuar a fazer uma seleção dos melhores cacauzeiros para serem os melhores a base de plantações futuras. Mandou marcá-los com uma cinta branca; no café do Heitor na semana seguinte já se criticava a «irmandade branca» constituída pelo conjunto dos cacauzeiros marcados. Numa tarde de sábado no terreiro de Água Izé, tive uma discussão científica com Lains e Silva sobre os problemas da tecnologia do cacau que, pelo que ele dizia, eu conhecia menos bem. A conversa aqueceu na presença de alguns administradores ocasionalmente presentes. No domingo de manhã, quando fui ao Heitor com o Fonseca, já toda a gente sabia que eu dera uma «tareia» no Lains e Silva o que não era inteiramente correto pois não passou de uma discussão técnica, mas os administradores, como não gostavam muito dele, aproveitaram a oportunidade para o criticarem.

Quando ia a S. Tomé alguma personalidade considerada importante era de regra o Governador oferecer-lhe um jantar. Assim sucedeu comigo algumas vezes. O governador aproveitava então a oportunidade para estender o convite a personalidades importantes da administração, da agricultura e do comércio. Era interessante verificar que os convidados se iam juntando junto do Palácio e à hora marcada todos entravam em conjunto. E no fim do jantar, o mais categorizado dava o sinal e todos se retiravam ao mesmo tempo.

Os administradores sabiam que o governador pouco poderia intervir na gestão das propriedades. Todos sabiam que o governador estava ali em comissão e passados poucos anos era substituído por outro. Assim as suas orientações perdiam força. Por outro lado, alguns proprietários sedeados em Lisboa tinham poder político para pressionar o próprio Ministro. Anualmente o Conselho do

Governo tinha de aprovar o orçamento para o ano seguinte. Nesse Conselho tinham assento representantes dos roceiros. O orçamento pouco lhes dizia, era aprovado de forma quase automática. Um Governador, em certo Conselho, apresentou iniciativas que intervinham decisivamente na vida das empresas. O Fonseca, que estava em representação dos agricultores, contrariou a decisão. O governador ficou impressionado, disso deu conhecimento ao Conselho, «puxou pelos galões» e disse que na província quem mandava era ele o Governador. Segundo consta, o Fonseca retorquiu-lhe que estava há quase 40 anos na ilha, que por ela tinham passado nesse tempo vários governadores, intendentos e encarregados de governo, todos tinham vindo e partido ao fim de pouco tempo e ele lá continuava. Veja-se o «poder» que assumiam os roceiros.

A Agronomia Tropical hoje: “A África está cheia de cacos”.

MS/JRP – *Como avalia a actual investigação portuguesa em agronomia tropical?*

MF – Como sabe, eu estou jubilado desde 1998, após quase 45 anos de serviço. Os tempos são outros e de outros. Propositadamente, só muito raramente apareço na «minha escola» para cumprimentar os meus antigos colaboradores, a maioria que acompanhei desde o início das suas carreiras e que sempre me recebem com enorme carinho. Ajudo nalgumas dificuldades, porque eu dominei muitos aspectos a que eles hoje se não podem dedicar, porque os tempos são outros. E eu não quero emitir opiniões sobre as situações em que são eles a viver e a decidir. É uma questão de princípio que considero salutar.

Pensei a tempo que seria necessário criar estruturas dinâmicas e eficazes para mantermos ligações privilegiadas com os territórios de língua portuguesa que optaram pela independência e que estavam a ser assediados por outros países com projetos por eles financiados, como se a participação portuguesa durante a colonização fosse nula ou próximo disso. Para mim foi um dos maiores erros dos políticos não se estar atento a esta nova postura.

Os meios disponíveis no País em recursos humanos nesta área eram escassos, nem sempre coordenados. Não soube aproveitar os técnicos «retornados», muito dos quais se aposentaram quando muito ainda poderiam dar dos seus conhecimentos ou foram integrados em serviços públicos em funções diferentes. Aqueles foram por nós esquecidos mas os organismos internacionais, como a FAO, reconheceram os seus altos méritos e muitos deles foram chamados a missões que desempenharam muito bem, como tive oportunidade de saber nos Gabinetes da Organização quando me deslocava a Roma por altura das grandes reuniões desta instituição.

Pensei que seria útil para o país reunir estas pessoas e organismos dispersos numa mesma Organização, mais forte, sem ocasionalmente perderem o vínculo aos organismos colaborantes, como aliás tinham feito outros países europeus, cuja organização fui propositadamente estudar. Apresentei este programa, ainda em linhas gerais ao Ministro do Planeamento Prof. Valente de Oliveira que o abraçou e apoiou, me prometeu meios humanos e financiamentos para fazer um grande Centro de Investigação Agronómica Tropical que seria constituído por uma unidade em Portugal e por um Centro de Acolhimento numa região tropical onde se pudessem reali-

zar trabalhos dependentes da ecologia, se aperfeiçoasse a formação de quadros e se completasse a formação dos alunos de agronomia, silvicultura e veterinária tropicais. Assim nasceu o CIAT.

O ministro proporcionou-nos uma verba de 400 mil contos para a construção de infra-estruturas e compra de equipamento para completar o já existente nas entidades que se poderiam reunir e iriam trabalhar em conjunto.

As infra-estruturas foram criadas o material complementar também. Já o mesmo não sucedeu quanto à contratação de pessoal e financiamento para o funcionamento do Centro. As autoridades reconheceram que o Programa Ciência, pelo qual tinham sido concedidas aquelas verbas, não contemplava o financiamento de projetos de cooperação com as regiões tropicais. O ministro pensou então que este Centro deveria ser suportado pela cooperação portuguesa e nesse sentido se movimentou. A tomada de posições foi tardia e entretanto houve modificação na orientação superior com uma mudança de Governo. O Centro de Acolhimento que eu havia proposto seria em S. Tomé, pela diversidade de culturas que aí poderiam ser acompanhadas. O Governo entendeu que, por motivos políticos, deveria ser em Angola. O tempo passou, a instabilidade em Angola tornou impossível concretizar o projeto e entretanto o Governo mudou. Em missão que realizei ao Zaire foi-nos oferecida como Centro de Acolhimento a antiga Estação de Yamgambi, em plena bacia do Zaire, onde os belgas haviam realizado um trabalho notável, principalmente na palmeira dendém. O próprio embaixador do Zaire em Portugal se empenhou nesta ideia. O governo assim não entendeu. O CIAT ficou apenas com o pessoal que tinha, a maioria ainda na fase de formação e sem financiamentos.

Uma avaliação quantitativa não lhe foi favorável e nessa apreciação não tiveram em conta as dificuldades que se referem. Senti-me incompreendido, pelo que pedi a demissão de coordenador do Centro. Daí para o futuro nada quero acrescentar embora saiba que a ideia não morreu e tende a ser retomada, embora adaptada aos novos tempos.

MS/JRP – *Na sua opinião, pode ser recuperada essa oportunidade perdida?*

MF – Estamos num mercado muito competitivo em relação aos trópicos, mesmo hipercompetitivos. Temos que ter capacidade para criar equipas pluridisciplinares, com projectos globalizantes em que cada um, depois, trate daquilo que sabe. Só assim é que vamos vencer essa dificuldade, o que em Portugal é extremamente difícil. O país está cheio de capelinhas.

MS/JRP – *Deduz-se do que diz que a agricultura tropical terá uma grande expansão a curto prazo.*

MF – Hoje está-se a ‘atirar’ para o terceiro mundo cultivos de grande extensão. Só se colocam nos países ricos as culturas de altos rendimentos e que precisam de mercados próximos. Resta saber o efeito que terão no futuro essas culturas que nós estamos a aconselhar aos países tropicais. Se eles se tornarem capazes de produzir milho ou trigo – e nós estamos a incentivá-los a fazer – se eles serão capazes de competir com os Estados Unidos, com a Austrália ou com a China.

MS/JRP – *São os capitais dessas e de outras origens que se estão a aplicar na compra de terrenos em África.*

MF – Sim, mas depois só lhes vão deixar pedras. Proteger o deles e estragar

o dos outros. Os terrenos são baratos. Hoje em dia muitos capitalistas estão a investir nos países tropicais em culturas de exportação. Veja-se a soja, e também o girassol, a purgueira ou a palmeira do azeite, entre muitas outras. Conhecem-se (ou alguns conhecem) os resultados desastrosos das aplicações agrícolas de tecnologias das zonas temperadas às regiões tropicais quando se não tem em conta a ecologia. Ainda não saiu da cabeça de muitas pessoas o mito da fertilidade inesgotável dos solos tropicais. Os solos tropicais são geralmente pobres e instáveis, sujeitos a profundos problemas erosivos quando libertados da sua vegetação natural, exigindo cuidados muito especiais para o seu aproveitamento em cultura agrícola. E isso é o que os técnicos tropicais devem saber e os empresários também. Estamos a cair quase no tempo da *Tanganyika Concessions*.

MS/JRP – *E há “danos colaterais”?*

MF – Sim. Há lá muita terra que está em sistema de pousio há quarenta anos, que faz parte de comunidades, isto é, que não está desocupada mas sim sujeita a um sistema de agricultura determinado. Quando nós o vamos alterar, temos de saber como é que o alteramos. E eu pergunto, se nós formos lá desviar estas terras ocupadas, o que é que vão fazer os que lá estão, morrer de fome? Aqui defendo, de maneira absoluta, em primeiro lugar, pensar na segurança alimentar embora sem abandonar as culturas de exportação. Se esses países não exportarem, não têm divisas. Ou, pelo menos, um sistema complementar, é preciso manter as duas coisas. O Bruno Kreisky numa célebre conferência que deu, dizia que o tempo das ajudas com sacos de trigo acabou. Hoje o que é preciso é dar charruas, adubos e sementes, isto é, ensinar-lhes a

tirar partido dos seus próprios recursos. É uma questão de política.

MS/JRP – *Não lhe parece que o processo de ocupação de terras já começou durante a época colonial?*

MF – Nós fomos ocupar as terras deles, fazer colonatos na Chela, no Limpopo, etc., fazendo sempre as mesmas asneiras. As ajudas alimentares são um processo que os países ricos fizeram para se desfazer dos excedentes. Nada tem que ver com caridade, nem nada com ajuda ao terceiro mundo. Se se fizer um projecto para desenvolvimento, por exemplo no Ghana, e esse projecto for calculado em cem milhões de euros, o que acontece? Feitas as contas ao que custa o técnico, o jipe (que se compra no país de origem), a casa pré-fabricada, a caneta, depois o

lápiz, etc, os técnicos chegam à conclusão de que o projecto é viável; é financiado e vai-se para o terreno desenvolvê-lo. O projecto dura um, dois ou três anos... enquanto há dinheiro do exterior. No dia em que não há dinheiro, os técnicos que lá estavam voltam aos respectivos países e as coisas continuam como estavam. O que fica é a barraca e mais nada. E como não integraram os técnicos de lá e nem antecipadamente garantiram que iam continuar estes projectos, no fim fica tudo na mesma... a África está cheia de cacos. São raros os projectos que se conseguem reproduzir. A população rural africana vem para a cidade, onde consegue obter alimento. Os que saem do campo, nunca mais para lá voltam. Assim, o país ficou mais pobre. Entretanto habituou-se ao pão de trigo americano e já não quer pão de mandioca.